

EM QUESTÃO: O ENSINO DA LITERATURA BRASILEIRA, HOJE.

Edda Arzúa Ferreira *

“Incendiar consciências, revelar a realidade: pode a literatura reivindicar melhor função nestes tempos e nestas terras nossas?”

Eduardo Galeano.

Volta-se a insistir, agudamente, sobretudo na América Latina, sobre a importância do papel social do escritor em nossos dias: o de fixar, interpretar, revelar, criticar o mundo em que vive. Para isto, ele precisa compreender a linguagem deste mundo, ou seja, a História que se constrói em torno dele (com ele ou a despeito dele...).

Não se trata apenas, para o escritor, de se armar de instrumentais técnicos. Ele se encontra mergulhado em um mundo extremamente tumultuado. E é precisamente neste mundo que ele deve encontrar motivo para reflexão, é aí que ele deve buscar sua fonte de ação. A partir desse momento, seu compromisso é inevitável. E escrever torna-se, mais do que nunca, uma forma imperativa de ação, de ação escrita.

É preciso, entretanto, que o escritor tenha consciência de sua responsabilidade social. Esta responsabilidade ele deve vivê-la e querê-la, pois para ele, viver e escrever é uma só coisa — não porque “a arte salva a vida”, mas porque a vida se exprime nos empreendimentos do homem — e o seu é escrever. “Falar é agir: tudo o que a gente nomeia torna-se, no instante mesmo de sua designação, uma outra coisa, perde sua neutralidade, sua inocência” (1). O escritor engajado sabe que a palavra é ação; ele sabe que revelar significa transformar, visto que toda revelação traz, implicitamente, uma possibilidade de transformação. Assim, só se pode revelar, planejando mudar, transformar. Daí a falácia da crença na Literatura enquanto representação imparcial da sociedade e da condição humana. É Eduardo Galeano quem nos diz: “chegamos ao ponto em que nomear as coisas implica denunciá-las. E a denúncia é, por si só, palavra de luta e de esperança” (2).

Pois bem, estas considerações sobre o engajamento do escritor levam-nos a pensar sobre o nosso papel enquanto professores de Literatura Brasileira. Vejamos:

- se no contexto atual, sobretudo na América Latina, amplia-se mais e mais o coro dos que esperam (e até exigem) da Literatura que se empenhe a fundo no risco e na aventura do seu tempo;
- se o compromisso de escritor com o seu tempo torna-se, hoje, um imperativo de ordem ético-profissional;

— se escrever é uma forma de ação, uma práxis, em suma, se é inevitável o compromisso do escritor hoje, em face da situação caótica em que vivemos, nós nos perguntamos:
— impõe-se também a nós, a mesma tomada de posição? Cabe a nós optar por um compromisso em termos profissionais? Usando de objetividade: resgatar o ensino alienado e alienante da literatura brasileira nas Universidades pós-68, torna-se hoje um imperativo de ordem pessoal e profissional?
— ou devemos optar por uma postura “imparcial”, ingênua, escapista, descomprometida?

Se fizermos um retrospecto dos acontecimentos em nosso país nos últimos 15 anos, constataremos o óbvio: os longos anos de repressão, de censura e de obscurantismo de toda ordem castraram, *também e sobretudo* na Universidade Brasileira, a capacidade de questionamento, o exercício da atividade crítica. Impunha-se a “ordem”, ou seja, o arbítrio. Como decorrência, imperou a asfixia a qualquer tipo de manifestação crítica de ordem acadêmica, tanto para o corpo discente quanto para o docente, visto que o poder decisório da Universidade está restrito a um pequeno grupo merecedor da confiança da cúpula. Assim, professores e alunos foram excluídos das discussões mais importantes sobre problemas didático — pedagógicos (isto sem falar nas questões de ordem administrativa e política). O desestímulo e, algumas vezes, a repressão a manifestações contestatórias tiveram consequências funestas em nossas Universidades: a apatia, o desencorajamento e o embotamento da capacidade crítico-criativa da comunidade universitária submergiram-na no abismo da alienação (com raras exceções). Além disto, “a introdução de disciplinas tipo Organização Social e Política Brasileira ou Estudos de Problemas Brasileiros acabaram destruindo a crítica que se vinha formando nas Universidades nos anos 60 — através dessas disciplinas apresenta-se ao educando uma Nação-estado em plena fase de desenvolvimento técnico e de progresso social, onde há lugar para todos, desde que trabalhem e cumpram assiduamente seus deveres... E acrescenta: A ideologia de “Brasil grande” ou do “milagre brasileiro” permeava, até pouco tempo, uma doutrinação cuja dosagem assim tão alta não se administrava desde o Estado Novo” (3).

Mas, estamos evoluindo, lenta e “gradualisticamente”, para a recuperação das Liberdades. O fato é que se percebe, hoje, em todos os setores da vida nacional, não só a expectativa de novos tempos, mas também, o desejo de participar, efetivamente, na construção desse amanhecer. E nos questionamos: em que medida, nós, professores de literatura poderemos, aqui e agora, reivindicar nossa parte no processo de mudança que ora se anuncia? Em que medida poderemos atuar profissionalmente, para a instauração de novos tempos? Em que medida poderemos despertar em nossos alunos, através dos textos literários, a consciência de sua/nossa responsabilidade na construção de espaços de liberdade?

Temos consciência dos obstáculos que encontraremos, bem como de nossas limitações. Vejamos:

1. A organização estreita, particularista dos currículos dos cursos de Letras fornece aos alunos uma visão extremamente redutora do fato literário, pois o ignora como fato igualmente cultural, social, histórico (contrariando, assim, o espírito de Universidade...).
2. Por outro lado, apenas uma parcela mínima da população que ingressa nos cursos de 1º grau consegue chegar às Universidades; portanto, uma minoria privilegiada, como nós.

3. Além disto, nossa clientela — na maioria, jovens de 19 a 21 anos — é fruto de uma época fértil em mentiras e escamoteações: jovens que sofreram e sofrem o processo de alienação coletiva, estimulado e até patrocinado pelos órgãos governamentais, através dos meios maciços de comunicação.

4. E há, ainda, os que ficam à margem do processo educativo, visto que a Universidade não apenas não incorporou ao processo histórico-social os que vivem à margem da “produção do saber”, mas também, o que é mais grave, “em certos momentos a Universidade começa a explorar o povo, em termos de uma exploração acadêmica: começam a surgir teses de mestrado ou de doutorado que sugam a cultura popular e as populações carentes visando apenas às glórias universitárias, sem que a Universidade nada devolva a esse mesmo povo, que novamente passa a ser objeto”, como muito bem constatou Alfredo Bosi (4).

Como decorrência, urge preocupar-nos, agora, não apenas com o ensino universitário, elitista por definição, mas também, criarmos condições para que este ensino beneficie, de qualquer modo que seja, os que ficaram marginalizados da produção do “saber acadêmico”. O Prof. Bosi, lucidamente afirma: “a Universidade precisa sair de si mesma e encontrar no criador artístico, no trabalhador e no oprimido o seu interlocutor, *aquele de qual ela vai aprender alguma coisa*” (5).

Diante deste quadro, parece-nos que temos, dentro da Universidade, além da responsabilidade estritamente profissional, uma responsabilidade político-social em face da História que se fará conosco, ou a despeito de nós.

O paradoxo do nosso tempo é que nunca compreendemos tão bem quanto hoje, que fazemos a História e que, portanto, somos responsáveis por ela; ao mesmo tempo, nunca nos sentimos tão impotentes diante dela. Entretanto, como diz Sartre, “a visão lúcida de nossa situação, por mais sombria que esta seja, é, si-mesma, um ato de otimismo: ele implica, com efeito, que esta situação é pensável, ou seja, isto significa que não estamos perdidos diante dela como em uma floresta escura, mas que, ao contrário, tendo-a bem clara diante de nós, podemos nos libertar dela, podemos ultrapassá-la (6).

Mas, como fazê-lo, se não possuímos fórmulas mágicas para o nosso “fazer conscientizador” através do ensino da literatura? Nossa reflexão, fruto de uma angústia pessoal e profissional em face da realidade, veicula, antes de tudo, um questionamento e não um “pacote” de respostas prontas.

Parece-nos, como ponto de partida, que precisamos ter idéias claras sobre o papel do intelectual. Sabemos que a tarefa do intelectual é pensar o mundo, questioná-lo, propô-lo como projeto. Assim, “tudo que fazemos está irremediavelmente datado, marcado, comprometido. A evasão já não é mais possível — cumpre-nos assumir nossa época, mergulhar em nosso tempo. E ainda que nos conservássemos mudos, a nossa própria passividade seria uma tomada de posição, pois sabemos que aquele que não se compromete, compromete-se igualmente (7).

No que diz respeito ao ensino da literatura brasileira, o importante é saber se ela reflete e expressa a nossa realidade e se ajuda a transformá-la. É preciso voltarmos-nos para os nossos problemas, nossas aspirações e nossas necessidades e fazermos disto a

matéria de nosso ensino, de nosso estudo. Isto não significa uma postura nacionalista-xenófoba no ensino da literatura brasileira, visto que “não existe cultura nacional pura: a consciência cultural lúcida que podemos ter hoje é precisamente sabermos nos situar em nossa época e tratarmos de compreendê-la a partir de nossa própria condição de país periférico. A visão crítica é importante para nós, mas, do que necessitamos é alcançar os meios de resolver os nossos problemas reais. E a literatura não pode ser um instrumento para tirar do povo toda e qualquer esperança da solução dos problemas do nosso país e do ensino em nosso país”⁽⁸⁾. Entretanto, não colaboraremos para isto, se tivermos como preocupação primeira aferrarmo-nos a teorias literárias altamente sofisticadas ou se privilegiarmos fundamentações teóricas em princípio válidas, mas que nos escravizem a interpretações excessivamente formais ou abstratas da obra literária. Sabemos que as grandes obras representam não apenas uma época marcada por um modo de viver, mas também, sugerem (quando não explicitam) transformações desse modo de viver. Trata-se não apenas de *teorizar* sobre os aspectos lingüísticos, históricos, antropológicos, sociológicos e outros, da obra, mas também, de considerar estes aspectos enquanto veiculadores de uma determinada realidade; e, sempre que possível, estabelecer relações entre esta realidade e a que nos cerca. Além disto, cumpre-nos estudar com grande empenho a dimensão ideológica dos textos estudados.

Sociologismo literário? Ensino tendencioso? Traição à literatura? Não! Trata-se de um ensino comprometido com a vida de nosso país, de nosso povo, aqui e agora. Isto não é traição aos estudos literários. É, antes, uma posição coerente, dado que o compromisso é inseparável da atividade intelectual do homem: “não existe intelectual neutro como não existe inteligência neutra”⁽⁹⁾. A alienação do intelectual, sim, é deserção, é ato de traição.

O que não podemos fazer é optar por uma postura “neutra” ou elitista. Como já disse o ministro Eduardo Portella, “em países como o nosso, a vocação intelectual “pura” é historicamente inadmissível... Engajamo-nos, porque é esta a única forma que encontramos para não ser um demissionário neste país... Não vamos celebrar uma sociedade na qual não acreditamos. Por isto o nosso trabalho é uma tarefa crítica. A cátedra é a tribuna do intelectual que se sabe responsável e não pretende fugir a essa responsabilidade”⁽¹⁰⁾.

Não temos a ilusão de mudar a face do mundo; mas, mesmo assim, embora falando sobre o óbvio, sentimos a necessidade de sermos enfáticos a respeito do nosso engajamento, ao menos para não sermos coniventes com o que aí está (ou até mesmo cúmplices), pela nossa omissão.

Entretanto, não estamos propondo um pragmatismo exacerbado, através do qual viríamos a nos eximir de nossa responsabilidade em face às peculiaridades da literatura. Não se trata de nos colocarmos a serviço de partidos ou de “ismos” de qualquer espécie. Ao contrário, esta postura engajada no ensino da literatura brasileira não deve, em nenhum momento, levar-nos a esquecer a especificidade da literatura, da obra literária em si. Nossa preocupação deve ser a de servir a literatura, infundindo-lhe um sangue novo, bem como a de enriquecer o seu estudo, tentando dar aos alunos uma visão, a mais ampla possível, dos nossos textos literários. Não se trata de abdicar do enfoque especificamente literário no ensino da literatura. Mas os aspectos da literariedade da obra, a descrição dos seus diversos níveis, sua estrutura, etc, têm sido excessivamente valorizados nesses

últimos tempos, em detrimento das suas significações vivas e latentes que nos levam ao encontro da realidade que nos cerca e que cobram de nós uma tomada e posição. Sabemos que, na medida em que a Arte reflete a essência de fenômenos humanos, ela é veiculadora de significações que emergem das relações homem/homem e homem/meio. Importa desvendar essas significações nos textos literários. Assim, a abordagem ideal terá de valorizar a obra literária, *igualmente*, não só enquanto matéria de linguagem, estrutura, mas *também*, enquanto discurso que revela, denuncia uma dada realidade.

Mas, *na prática*, como chegar a um processo de conscientização, através do trabalho com os textos literários? Em face do que dissemos, anteriormente, alguns caminhos podem ser sugeridos:

1. vincular, intimamente, o ensino da literatura, com disciplinas de outras áreas (ciências humanas, filosofia, ciências políticas e sociais, etc.), que fornecerão ao estudante de literatura elementos para uma abordagem da obra literária; isto equivale dizer que seria preciso reestruturar o currículo dos cursos de letras, bastante defasado, sobretudo em face das exigências do saber no mundo de hoje. Isto teria de ser fruto de um trabalho conjunto dos professores de letras das universidades brasileiras, e enquanto isto não ocorrer, caberá a cada professor tentar estabelecer um trabalho interdisciplinar dentro da Instituição em que trabalha.

2. Quanto às possíveis tentativas no sentido de minimizar o caráter enfaticamente elitista desse ensino, parece-nos importante um contato permanente dos professores universitários com os professores do ensino de 2º grau, através de grupos de estudo, troca de experiências, simpósios, etc., efetuados de modo mais ou menos sistemático e obedecendo a uma programação de interesse para ambos os grupos ⁽¹¹⁾.

3. Quanto à ligação do ensino da literatura brasileira com outras formas de manifestação artística não-eruditas, é imprescindível que a Universidade saia de si mesma para pesquisar, na sociedade em que vivemos, os grupos e organizações sociais criadores de arte, pois cremos que o ensino que se alimenta e se renova em contato com todas as camadas sociais, pode realizar uma comunhão fecunda entre o povo, criador de cultura, e os estudiosos da mesma.

Enfim, a criatividade de cada um apontará caminhos novos, ditados pela consciência da responsabilidade que nos cabe, hoje mais do que nunca. O que importa é estimular uma postura crítica dentro da Universidade, de sorte que os jovens possam dar alguma contribuição para sacudir a apatia e a alienação acadêmicas. Esta é uma tarefa que se nos impõe, hoje, como inadiável.

Para concluir, citemos as palavras do Mestre Antônio Cândido: "cada um com suas armas. A nossa é esta: esclarecer o pensamento e pôr ordem nas idéias" ⁽¹²⁾. E isto é tarefa nossa.

NOTAS

(1) SARTRE, Jean-Paul. *Situations II*. Paris, Gallimard, 1965, p. 72.

(2) GALEANO, Eduardo. *A canção de nossa gente*. Rio de Janeiro, Folhetim, 1976, p. 9.

- (3) BOSI, Alfredo. "A questão da cultura brasileira". In: *Conjuntura Nacional*. III Ciclo de Debates do Teatro Casa Grande. Petrópolis, Ed. Vozes, 1979. p. 213.
- (4) BOSI, Alfredo. Idem, *ibidem*, p. 222.
- (5) BOSI, Alfredo. Idem, *ibidem*, p. 231.
- (6) SARTRE, Jean-Paul. *Situations II* op. cit., p. 289.
- (7) SARTRE, Jean-Paul. Idem, *ibidem*, p. 13.
- (8) GULLAR, Ferreira. "A questão da cultura brasileira", op. cit., p. 219.
- (9) SARTRE, Jean-Paul. *Situations II*, op. cit., p. 41.
- (10) PORTELLA, Eduardo. *Literatura e realidade nacional*. RJ., Ed. Tempo Brasileiro, 1963, pp. 86-87.
- (11) Neste sentido, a Associação dos Professores de Literatura, com sede em São Paulo, vem realizando, desde 1978, um louvável trabalho.
- (12) ANTÔNIO CÂNDIDO. *Plataforma da nova geração*. NEME, Mário (cord.) Porto Alegre, Ed. Globo. Col., Autores Brasileiros, v. II, p. 37.

* Dra. em Teoria Literária — USP
 Prof.^a Visitante da UFSC.